

Saúde Pública e Crise da Borracha no Alto Madeira: A Liga Pró-Saneamento do Rio Madeira e seus Afluentes (1919-1920)¹

André Vasques Vital²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a organização da Liga Pró-Saneamento do Rio Madeira e Seus Afluentes, fundada em 20 de abril de 1919, pelo médico Joaquim Augusto Tanajura, então superintendente da cidade de Porto Velho. Essa agremiação nasceu como uma filial da Liga Pró-Saneamento do Brasil, comandada pelo sanitarista Belisário Penna, com o objetivo de propagar medidas de saúde pública, educação sanitária e assistência médica nas margens do rio Madeira. A partir de cartas trocadas entre Joaquim Tanajura e Belisário Penna, além de notícias e artigos na revista *Saúde*, órgão oficial da Liga Pró-Saneamento do Brasil, identifica-se que a filial do rio Madeira foi uma iniciativa das autoridades em Porto Velho com o objetivo de captar recursos frente ao aprofundamento da crise da borracha iniciada em 1912.

Palavras-chave: Liga Pró-Saneamento do Brasil, Porto Velho, Rio Madeira.

Abstract: The present article aims to analyze the organization of the Pro-Sanitation League of Madeira River and its Tributaries, funded on April 20, 1919, by the doctor Joaquim Augusto Tanajura, then superintendent of the city Porto Velho. This association was born as a branch of the Pro-Sanitation League of Brazil, commanded by

the sanitarian Belisário Penna, with the objective of propagating public health measures, sanitary education and medical assistance on the bank of the Madeira River. From the exchanged letters between Joaquim Tanajura and Belisário Penna, in addition to news and articles in the magazine Saúde (Health), official department of the Pro-Sanitation League of Brazil, identifies that the branch of Madeira River was an initiative of the authorities in Porto Velho with purpose of raising funds toward the deepening of the rubber crisis initiated in 1912.

Keywords: Pro-Sanitation League of Brazil, Porto Velho, Madeira River.

Introdução

Analisar a fundação e atuação da Liga Pró-Saneamento do Rio Madeira e Seus Afluentes é o objetivo deste artigo. Essa Liga foi organizada em Porto Velho, em 20 de abril de 1919, como uma filial da Liga Pró-Saneamento do Brasil, comanda pelo sanitarista Belisário Penna. A filial do rio Madeira foi fundada pelo médico e então superintendente de Porto Velho Joaquim Augusto Tanajura, ex-chefe do serviço de saúde da Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). Em meio à crise da borracha, a superintendência de Porto Velho viu na criação da Liga a oportunidade de chamar atenção dos sanitaristas na Capital Federal para as doenças no alto rio Madeira e, assim, captar recursos com a finalidade de propagar medidas de saúde pública, assistência e educação sanitária na região.

Esse artigo segue a tendência de alguns trabalhos recentes que analisam as repercussões da organização da Liga Pró-Saneamento do Brasil no

interior do país. Esses trabalhos, geralmente, circunscrevem essas repercussões em regiões ou estados do interior, como no Amazonas e em Goiás.³ Aqui o enfoque será mais específico, identificando a repercussão da fundação da Liga Pró-Saneamento em uma área limítrofe entre os estados do Amazonas e do Mato Grosso, e de fronteira com a Bolívia. Trata-se de uma iniciativa que emergiu em Porto Velho, no alto rio Madeira, propondo uma filial da Liga que atuasse na assistência, educação sanitária e saúde pública em todo o vale do Madeira e seus afluentes. Para essa análise foram utilizadas cartas trocadas entre Joaquim Tanajura e Belisário Penna, artigos na revista Saúde, órgão oficial da Liga Pró-Saneamento do Brasil e relatórios do governo do estado do Amazonas e da superintendência de Porto Velho.

A presença de Joaquim Augusto Tanajura no Alto Madeira

A criação da Liga Pró-Saneamento do Rio Madeira e Seus Afluentes pode ser entendida como um dos desdobramentos indiretos da atuação da Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas no alto rio Madeira entre os anos de 1909 e 1915. Joaquim Augusto Tanajura, fundador dessa agremiação, chegou ao rio Madeira em janeiro de 1910, quando trabalhava como chefe do serviço de saúde da Comissão. Tanajura era primeiro tenente médico da força policial do Distrito Federal, quando foi incorporado a Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas. Atuou, primeiramente, na expedição de reconhecimento do norte de Mato Grosso que durou de abril de 1909 a janeiro de 1910. Essa expedição tinha como objetivo identificar os lugares que seriam atravessados pela linha telegráfica, até o povoado de Santo Antônio do

Madeira. Na expedição de 1909 e, principalmente, entre agosto de 1910 e maio de 1911, durante sua atuação em Santo Antônio do Madeira, na seção norte da Comissão, o médico enfrentou intensos surtos de malária resultantes da grande cheia do rio Madeira de 1909 e trabalhou junto aos habitantes, conquistando a simpatia das elites locais.⁴

Com o fim da questão de limites envolvendo os estados do Mato Grosso e do Amazonas, a vila de Santo Antônio do Madeira foi elevada a categoria de município e o então governador mato-grossense Joaquim Augusto da Costa Marques convidou Joaquim Tanajura a ser o seu intendente em março de 1912.⁵ O convite se deu pela atuação política de Tanajura junto a imprensa amazonense, denunciando a situação de miséria e doenças no alto Madeira, pressionando por investimento público na região.⁶ O médico aceitaria o convite, iniciando uma carreira política nos limites dos estados de Mato Grosso e Amazonas.

Como prefeito de Santo Antônio do Madeira, Joaquim Tanajura colocou em prática várias medidas sanitárias para debelar os surtos de malária, varíola e febre amarela que assolavam o núcleo urbano do novo município. A vila era conhecida nacionalmente como “matadouro humano” e “cidade sem crianças” devido à intensidade das doenças que assolavam a área, condição tornada pública nos relatórios da Comissão Rondon e do médico-sanitarista Oswaldo Cruz, durante sua visita ao canteiro de obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em 1910. Para reverter esse quadro, Tanajura transferiu a vila para 500 metros acima de onde originalmente estava edificado o povoado, local inundável pelas cheias do rio Madeira. Pântanos foram aterrados, as novas ruas receberam pavimentação, poços foram furados, as casas receberam telas de proteção contra os mosquitos transmissores da malária e foi procedida a distribuição gratuita de quinina como meio profilático. Para essas reformas, a intendência de Santo Antônio contou com a ajuda financeira de um convênio firmado entre os estados de Mato Grosso e Amazonas,

com a participação da *Madeira-Mamoré Railway Company*, que previa a liberação de 11 contos de réis para o saneamento da vila.⁷

O início da carreira política de Joaquim Tanajura no alto Madeira coincidiu com o início da crise na economia da borracha, devido a liderança da produção asiática frente à amazônica. O ano de 1912 marcou o início da crise, consequência direta do contrabando de sementes de *Hevea brasiliensis* realizado, com sucesso, no ano de 1876, sob a liderança do botânico Henry Wickham e com patrocínio da Grã-Bretanha.⁸ As pequenas experiências de plantação da *Hevea* nas colônias britânicas do Ceilão e Malásia deram bons resultados, a ponto de em 1910, já existirem 400 mil hectares de plantações no sudeste asiático.⁹ A exportação da borracha silvestre coletada em seringais brasileiros atingiu a histórica marca de 42.286 toneladas em 1912, quantidade que superava em muito as exportações do ano anterior (36.547).¹⁰ Contudo, em 1913, o sudeste asiático tomaria a liderança das exportações, negociando 54.356 toneladas de borracha contra 36.232 toneladas do Brasil, diferença que seria ampliada em 1914, quando as exportações brasileiras cairiam para 33.531 toneladas e as da Ásia atingiriam 75.692 toneladas.¹¹ A vantagem das exportações asiáticas sobre as exportações brasileiras continuaria se ampliando ano após ano, provocando queda nos preços e falência nos seringais da Amazônia.

A crise fez diminuir as levas migratórias para a vila, o que se traduziu em resultados satisfatórios nas medidas de saneamento adotadas no núcleo urbano de Santo Antônio do Madeira.¹² Por outro lado, a conclusão das obras da ferrovia Madeira-Mamoré, cujo ponto final era a cidade de Porto Velho, 7 quilômetros rio abaixo, já dentro dos limites do estado do Amazonas, fez com que a produção de borracha vinda dos rios Beni e Madre de Dios fosse desviada para essa cidade.¹³ Santo Antônio do

Madeira deixaria de ser o principal ponto de escoamento da produção boliviana, consolidando a decadência econômica da vila. A perda da importância econômica da vila, a migração dos seus habitantes para Porto Velho e a dificuldade de conseguir recursos extras para manter as medidas de saúde fez com que Joaquim Tanajura migrasse para a cidade vizinha, entrando para a política amazonense. Tanajura concluiu em 1915 o seu mandato como intendente de Santo Antônio do Madeira e, em 1916, disputou e ganhou as eleições para superintendente de Porto Velho para o triênio 1917-1919.¹⁴

Em Porto Velho, Joaquim Tanajura enfrentou o mesmo problema de falta de verbas para a saúde e para quaisquer melhorias na cidade, devido aprofundamento da crise da borracha.¹⁵ Buscaria junto ao estado do Amazonas e ao governo federal a liberação de recursos, mas não teve sucesso. Além do problema econômico, a superintendência teve dificuldades na relação com a *Madeira-Mamoré Railway Company*, que considerava que parte da cidade de Porto Velho estava dentro da área particular da empresa.¹⁶

Em meio à falta de recursos e às dificuldades de administração em Porto Velho, chegava à região rumores vindos da Capital Federal sobre um movimento de intelectuais e médicos cobrando amplas reformas destinadas à saúde pública no Brasil, reunidos na Liga Pró-Saneamento do Brasil. A criação dessa entidade foi vista pela superintendência como uma possibilidade de chamar a atenção das elites médicas brasileiras para Porto Velho e captar, assim, recursos para a sua administração e para colocar em prática medidas de saúde na região.

A Liga Pró-Saneamento do Brasil

Em fevereiro de 1918, foi fundada a Liga Pró-Saneamento do Brasil, sob iniciativa de Belisário Penna, funcionário da Diretoria Geral de Saúde Pública. A Liga congregou diversos intelectuais de variados ramos da sociedade, desde médicos a políticos, militares, advogados, engenheiros e outros, identificando as doenças como o maior entrave ao desenvolvimento social, político e econômico do país.

Diferentes estudos circunscrevem a fundação da Liga a um crescente movimento de caráter nacionalista que visava a construir uma ideia de nação e de meios para levá-la ao “progresso”.¹⁷ Os membros da Liga Pró-Saneamento viam a doença como fruto do abandono das populações do país pelo poder público. Seu objetivo era encontrar uma forma de resgatar os brasileiros e a nação através da promoção da saúde. Planejavam estabelecer delegações em unidades da federação, estimulando governos estaduais e municipais na implementação de programas de profilaxia contra as principais doenças do sertão brasileiro, difundir a educação higiênica, estabelecer postos rurais, incentivar obras de saneamento básico e pressionar o governo para a criação de um ministério da saúde pública.¹⁸

Os antecedentes de fundação da Liga estão inseridos na segunda fase do movimento sanitaria e congregam três eventos: o discurso proferido por Miguel Pereira, então professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, referindo-se ao Brasil como “um imenso hospital”, em outubro de 1916; a repercussão do relatório da expedição científica do Instituto Oswaldo Cruz, chefiada por Arthur Neiva e Belisário Penna, publicado nesse mesmo ano; o impacto dos artigos sobre saúde e saneamento publicados em periódicos cariocas entre 1916 e 1917. A frase de Miguel Pereira foi proferida em uma confraternização de médicos em

homenagem ao médico sanitário Carlos Chagas, com base nos resultados da expedição científica liderada por Neiva e Penna, inaugurando os intensos debates sobre o abandono das populações do interior e as doenças que assolavam o país.¹⁹ A expedição do IOC, chefiada por Neiva e Penna, foi realizada em 1912 e atravessou o norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Pará e cruzou Goiás de norte a sul. Os médicos encontraram uma situação similar ou até mesmo pior do que a de Santo Antônio do Madeira e da região norte do estado de Mato Grosso, divulgada pelos relatórios da Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas. Abandono, isolamento, doença, foram as características mais frequentes no relatório, que ressaltava a ausência do Estado que só se fazia presente, nos lugares visitados, através da coleta de impostos, enquanto a própria população desconhecia símbolos e referências nacionais.²⁰ Entre 1916 e 1917, tanto Penna quanto outros intelectuais lançaram vários artigos denunciando as doenças e o abandono das populações rurais como graves problemas nacionais.

O movimento pelo saneamento do Brasil e a fundação da Liga estavam associados a uma tendência daquele período, potencializadas com a repercussão dos eventos anteriormente relatados. As expedições ao interior ou missões civilizatórias²¹ da Primeira República, e a divulgação das condições de saúde e abandono das populações sertanejas, através de relatórios e artigos em revistas e jornais ao longo da década de 1910, reforçaram essa tendência. O que as expedições circunscritas como missões civilizatórias têm em comum é a gradual construção das ideias de sertão e sertanejo, associadas ao abandono do poder público e à consequente falta de educação e saúde.²²

Houve quem reagisse às imagens difundidas e debatidas nesse período, aumentando a controvérsia sobre a insalubridade dos sertões. Os discursos de alívio no Rio de Janeiro relacionados à não transferência da Capital Federal para o planalto central, sem que antes fosse realizado o

saneamento dos sertões brasileiros, levou à criação, em Goiás, de um periódico que passou a atacar, sistematicamente, o relatório de Arthur Neiva e Belisário Penna.²³ Alguns intelectuais goianos buscaram construir, através desse periódico, uma imagem ligada ao relatório médico da Expedição Cruls, que reconhecera Goiás como região salubre e considerada apta a receber a capital do Brasil.²⁴

No Amazonas, a visão sobre o Brasil enquanto “imenso hospital” foi aproveitada de maneira muito própria. Segundo Júlio Cesar Schweickardt, os médicos em Manaus concordavam com a visão de doença e abandono do caboclo e, ao mesmo tempo, o considerava forte em termos raciais, lembrando que foram eles os “conquistadores” da região. Apesar dessa visão paradoxal, os médicos e autoridades do estado do Amazonas viram no movimento e, principalmente, na posterior criação do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural uma oportunidade de clamar por intervenção federal nas políticas de saúde do estado, como forma de superar o problema da falta de recursos em decorrência da crise da borracha.²⁵

A fundação da Liga Pró-Saneamento do Rio Madeira e Seus Afluentes

Joaquim Tanajura se manteve atento aos debates travados na Capital Federal. Sua postura, com relação ao debate no Rio de Janeiro e à posterior criação da Liga, foi diferente da dos intelectuais amazonenses que contribuíam para discussões teóricas envolvendo a figura do caboclo e a imagem da região. Sua intervenção foi mais política e afinada com os interesses das elites locais, postura similar à do médico e então governador

do Amazonas, Pedro de Alcântara Bacellar. Também atento aos debates do movimento pelo saneamento do Brasil, Bacellar, em mensagem oficial de 1918, expôs a necessidade de distribuição gratuita de quinina e remédios contra verminoses nos municípios, apesar de a então baixa arrecadação financeira do estado, fruto do aprofundamento da crise da borracha, dificultar a implementação dessa ideia.²⁶ Em meio ao declínio econômico da região, Tanajura também sofria com a falta de verbas, mas viu na criação da Liga uma oportunidade de conseguir apoio e recursos externos para levar à frente os planos de assistência médica e saúde pública no alto rio Madeira.

Em 31 de maio de 1918, Joaquim Tanajura enviou carta a Leão Velloso Filho, então redator-chefe do jornal carioca *Correio da Manhã*, que publicava artigos, apoiando a campanha pelo saneamento do Brasil, sob o pseudônimo de Gil Vidal.²⁷ Congratulando Leão Velloso pela publicação de um artigo intitulado “Obra Salvadora”, Tanajura elogia tanto as ações de Belisário Penna e de outros médicos sanitaristas na campanha pelo saneamento rural, quanto a divulgação da necessidade de irradiar pelo interior do país as ideias da Liga, agregando mais pessoas dispostas a colaborar com seus ideais. Sobre o estado do Amazonas, especificamente, o médico destaca a situação dramática vivida, nesse período, nos municípios do interior:

As cores de mais firme colorido na descrição das misérias, das angustias e tormentos quanto tanto hão deprimindo as populações de remotas localidades do Amazonas tem impressionado, é certo, o espírito nacional e atraído a atenção do estrangeiro, pela multiplicidade de comentários, em relatório, vários impressos, artigos de imprensa, jornais e revistas, e até pela fotografia, comovem a

muitos e inspirando a outros a iniciativa da defesa indispensável a esse sem numero de patrícios desgraçadamente sofredores (...)

Necessário e indispensável é que esse movimento irradie pelas zonas interiores, criando prosélitos, animando a iniciativa regional e produzindo o resultado almejado, para beneficio de milhares de patrícios envoltos em grande infortúnio.²⁸

Joaquim Tanajura também ressalta o movimento realizado no alto Madeira para o saneamento da região, propagando normas de higiene para os seus habitantes. Ele dá bastante destaque às ações da *Madeira-Mamoré Railway Company* nesse movimento regional, construindo uma imagem de comunhão e parceria entre os interesses da empresa e os da superintendência. Ele menciona o seu plano para o combate da malária na região, as medidas que tiveram sucesso e principalmente reitera a falta de recursos financeiros para pôr em prática as ações de saúde pública necessárias à região:

No que importa de particular ao Amazonas, na zona do meu conhecimento, desde muito que esse movimento se tem feito sentir de modo veemente numa propaganda assídua e devotada, praticada principalmente pela empresa Madeira-Mamoré.

Ao terminar a expedição Rondon, em 1910, após a travessia memorável de Mato-Grosso ao Amazonas, tive oportunidade de referir-me em relatório ao magno problema do paludismo,

chamando a atenção para os exemplos da Itália instituindo a quinina no Estado, com resultados tão admiráveis.

Em relatório que tive ensejo de apresentar ao governo do Estado do Mato-Grosso em 1913, sobre o saneamento da tradicional Vila de Santo Antonio do rio Madeira, cuja insalubridade era universalmente conhecida, enfrentei igualmente este problema, demonstrando a diminuição dos casos de paludismo naquela vila após efetuados liminares trabalhos de higiene e a aplicação de medidas outras, inclusive a distribuição gratuita de quinina de boa qualidade, para uso das pessoas pobres.

Numa assembléia de industriais daquela região, reunida em 1914, cogitou-se igualmente de providencias de saneamento regional, sendo encaminhada uma petição ao Congresso Federal, solicitando favores que de modo algum traria prejuízo aos cofres da Nação, não havendo merecido deferimento.²⁹

O objetivo de Joaquim Tanajura era conseguir apoio para o saneamento da região do Madeira. Na carta ele lança mão, não só das suas realizações e planos para o combate à malária, mas divulga, também, a possibilidade de utilização de instalações, próprias a esse fim e já existentes na região, disponibilizadas pela Madeira-Mamoré. Em específico ele cita o Hospital da Candelária, instituição que ele aponta como “modelo” para servir de base para medidas assistência à saúde naquela região:

Efetivamente, já existe nas proximidades de Porto Velho, uma vila amazonense instalada há apenas três anos e meio e cujo desenvolvimento é extraordinário, o Hospital da Candelária, mantido pela empresa Madeira-Mamoré com sacrifício pecuniário e que é uma instituição modelar para a região.

Esse hospital, cujo renome se tem feito tão valioso pelos reais serviços prestados à zona do Madeira, está situado num excelente ponto, podendo atender a todo município de Porto Velho, uma grande parte de Humaitá, a toda fronteira mato-grossense e a uma parte do Abunã acreano.

O Hospital da Candelária é uma instituição de grande proveito para a zona do alto Madeira e é hoje um estabelecimento assaz apreciado por quantos o visitam (...).³⁰

O Hospital da Candelária era visto como modelar até mesmo pelos médicos do Instituto Oswaldo Cruz que, em 1910, consideravam a região do Madeira bem servida por contar com a existência desse estabelecimento.³¹ Entretanto, tratava-se de uma instituição particular que só atendia os doentes que pudessem pagar pelo socorro. O Major Guapindaia de Souza Brejense denunciou, em seu último relatório como superintendente de Porto Velho que, ao dar entrada na Candelária, a “clássica” primeira pergunta a ser feita era: “quem é seu fiador?”³² Tornar os atendimentos da Candelária gratuitos, só seria possível por meio do

custeio do Estado e provavelmente era para esse fim que Tanajura ressaltava a importância de investimento financeiro na região.

Por fim, Joaquim Tanajura resalta a disponibilidade de infraestrutura e de médicos no Amazonas, reunidos na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Amazonas³³, que poderiam levar à frente a cruzada em prol do saneamento do estado. Além disso, ele mesmo se coloca à disposição, ressaltando o seu interesse para com o saneamento rural por se tratar de ação “humanitária” e “patriótica”.

Ignora-se por quais mãos essa carta passou, além das de Leão Velloso. Sabe-se que seu conteúdo foi publicado no jornal *Alto Madeira*, periódico publicado em Porto Velho, em agosto de 1918. Em 29 de janeiro de 1919, Belisário Penna nomeou o prefeito Joaquim Augusto Tanajura delegado especial em toda a região do Madeira e seus afluentes nos estados de Mato Grosso e Amazonas. Alguns meses antes, a Liga Pró-Saneamento já registrava, em seu periódico oficial, a revista *Saúde*, a decisão de constituir uma delegação especial no Madeira sob o comando do superintendente de Porto Velho. Tanajura passaria a ter “amplos poderes de constituir comissões, nomear seus membros e agentes, fundar postos e suas filiais” além de promover medidas de saneamento na região, de acordo com os preceitos da Liga Pró-Saneamento do Brasil.³⁴

Por motivo de doença, Tanajura só responderia à carta que comunicava sua nomeação para o posto, quatro meses depois de recebê-la. A resposta seguiu, acompanhada do documento de fundação da filial da Liga Pró-Saneamento do Brasil. Como a região era territorialmente muito extensa, e a estimativa era de que 90% dos seus habitantes sofressem com o problema das verminoses, o superintendente ponderou que só poderia fazer jus ao trabalho a ele confiado, caso fundasse uma instituição filiada à Liga que gozasse de amplos poderes sobre a região. Em 9 de março de 1919, Tanajura mobilizou amigos e aliados, incluindo o engenheiro Alencarliense Fernandes da Costa, ex-colega de Comissão

Rondon, lançando a ideia da fundação da Liga na bacia do rio Madeira. A 20 de abril de 1919, em sessão pública realizada na sede da Associação Instrutiva, Recreativa e Beneficente de Porto Velho, foi fundada a Liga Pró-Saneamento do Rio Madeira e Seus Afluentes.³⁵

O estatuto da Liga no Madeira foi formulado pelos seus fundadores: Joaquim Augusto Tanajura, Moysés H. Serfaty, Alencarliense Fernandes da Costa, Arthur Napoelão Lebre e João da Silva Campos. Excetuando-se o nome do tenente Alencarliense, os demais são de pessoas pertencentes à elite política e econômica local, não figurando, entre eles, representantes da Madeira-Mamoré.³⁶ Tanajura era o presidente enquanto os demais foram alocados no cargo de vice-presidência da Liga. “Não esmorecer, para não desmerecer” foi o lema da Liga Pró-Saneamento do Rio Madeira e seus Afluentes, em alusão ao lema de Oswaldo Cruz.

Dentre os objetivos que constam no estatuto da Liga estão à educação sanitária da população a partir de livros, jornais, folhetos, comícios e conferências; zelar pelo cumprimento de preceitos de higiene nos estabelecimentos públicos e privados; combater o alcoolismo e propor medidas de regulamentação da produção e consumo de bebidas alcoólicas; auxiliar o poder público por meio de recursos financeiros ou humanos para combater a malária, a ancilostomose, a doença de chagas, à leishmaniose, à sífilis, o tracoma e a lepra; auxiliar os seringalistas que desejassem sanear os seringais de sua propriedade; estabelecer cursos de higiene, etiologia, epidemiologia e tratamento das doenças endêmicas para difundir medidas de proteção a saúde da população; manter, em todo o território regional, postos de profilaxia de doenças transmissíveis; propagar a vacinação antivariólica; fiscalizar a qualidade e os preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade; promover a proteção e a assistência à infância, propagando a importância da amamentação e do

estabelecimento de medidas de higiene infantil. O estatuto previa também a manutenção de contato assíduo entre a Liga do rio Madeira com a sua matriz do Rio de Janeiro.³⁷

Era também objetivo da Liga atuar junto ao poder público no sentido de pressionar por leis sanitárias que regulassem a construção de habitações, estradas, represas, poços, estruturas de captação de águas e outros, de modo a garantir a saúde de moradores e operários. Há também forte ênfase na pressão dos poderes municipais e estaduais no sentido de aprovar leis que garantissem a drenagem, o aterro e o nivelamento de terrenos públicos e privados. Por fim, estava também no horizonte da Liga, o incentivo a formação de núcleos agrícolas e de plantação de legumes e árvores frutíferas, para diversificar a economia local e combater a fome.³⁸

Os objetivos da Liga do rio Madeira têm várias semelhanças com sua matriz no Rio de Janeiro. Entretanto, carregam algumas marcas dos problemas sanitários locais. A forte ênfase no combate aos possíveis focos de reprodução de vetores da malária e febre amarela, às águas estagnadas em terrenos e etc., é um indicativo dessa adaptação, mas não o único. O combate ao alcoolismo, às doenças fora da tríade malária-doença de chagas-ancilostomose propagado pela Liga no Rio de Janeiro, tais como a leishmaniose, a sífilis, ao tracoma e a varíola, pode ser colocado como a principal adequação dos preceitos da Liga Pró-Saneamento do Brasil às realidades locais. Outro indicativo dessa adaptação fica por conta do incentivo ao desenvolvimento de outras atividades econômicas na região, entre eles o incentivo à agricultura, como alternativa à exploração da borracha.

Essa Liga de ação regional teve como sede a cidade de Porto Velho, abrindo diretórios em outras cidades e vilas do rio Madeira. Oficialmente a sua principal forma de captação de recursos ficava restrita à contribuição dos seus sócios, incluindo o presidente, o vice-presidente e o próprio

Belisário Penna, que foi inscrito na condição de “sócio honorífico”, tendo que contribuir, “de uma só vez”, com a quantia de 500\$000 (quinhentos mil réis).³⁹ Tanajura também conseguiu aprovar, na câmara municipal, a subvenção anual de cem mil réis para a Liga Pró-Saneamento do Brasil. Apesar de não representar uma grande quantia, a notícia da subvenção anual foi recebida com entusiasmo no Rio de Janeiro e a revista oficial da Liga referiu-se ao acontecimento como um exemplo positivo dado pelas autoridades de Porto Velho.

A Liga Pró-Saneamento do Brasil vem de receber um ofício da prefeitura de Porto Velho, Rio Madeira, que em outro lugar transcrevemos, e que lhe trás a grata notícia de ter aquela prefeitura resolvido consignar-lhe a dotação anual de cem mil réis.

A Liga, ao organizar-se, apelou para todas as forças vivas da nação solicitando-lhes para si e a sua causa a generosidade tantas vezes malbaratada. Seu apelo ficou, entretanto, sem resposta e quando mais tarde, um dos seus dedicados fundadores se lembrou de renová-lo junto ao prefeito de uma cidade do interior, situada justamente na zona mais flagelada do país, ouviu, como resposta, a mais desconsoladora manifestação da ignorância e da indiferença com que são tratados os maiores problemas públicos, consubstanciada na frase lapidarmente estulta: “O sr. precisa saber que eu

estou aqui para zelar e não para desperdiçar dinheiro público.”

Em meio o desânimo que uma tal acolhida havia forçosamente que produzir, chega-lhe agora de inesperado e alvzareiro estímulo, partindo de muito longe, onde apenas talvez o eco de sua suplica haja chegado. Vale ele bem por um exemplo e uma lição de patriotismo.⁴⁰

No número seguinte da revista, foi publicada uma carta de Joaquim Tanajura ressaltando que o exemplo dado pelas autoridades de Porto Velho representava o “civismo” e a “humanidade” da população local que era tão mal vista e criticada. Interessante notar que essa declaração aponta para a tentativa de construção de uma imagem, sinalizando que as decisões da intendência representavam a vontade das elites locais, como se não houvesse divergências. Mais do que isso, a imagem de “civismo” e “humanidade” das elites políticas locais contrastava com uma ideia corrente na Capital Federal, que associava a região à barbárie.⁴¹

Transmitindo a V.ex. essa comunicação, tenho o maior júbilo em congratular-me com a instituição que está sob sua digna direção, pela patriótica atitude da intendência municipal de Porto Velho, que, representando a população desta remota zona do nosso país tão mal vista e criticada, oferece aos olhos da intensa civilização dessa cidade progressista, um exemplo de civismo e uma prova de humanidade, no concurso embora modesto manifestado em favor da Liga Pró-Saneamento do Brasil.⁴²

Apesar da repercussão, a atuação dessa Liga, no Madeira, é muito obscura. As informações sobre o funcionamento da Liga são praticamente inexistentes nos jornais do estado do Amazonas, na época. Nas pequenas biografias publicadas sobre Joaquim Tanajura, no momento de sua morte, no ano de 1941, em jornais baianos, também não há qualquer menção sobre a fundação e atuação dessa agremiação. A trajetória de Joaquim Tanajura até então possui três marcos de destaque: a atuação nos jornais baianos em prol da proteção à criança e contra a mortalidade infantil, a participação na Comissão Rondon, e sua atuação (construída como ápice de sua trajetória) na Comissão Mista Peru-Colômbia, missão de paz enviada pelo Brasil para resolver a Questão de Letícia (1934-1938). O silêncio nas fontes pode significar que a existência da Liga Pró-Saneamento do Rio Madeira e Seus Afluentes foi efêmera, sendo extinta pouco depois do encerramento das atividades da Liga Pró-Saneamento do Brasil. A matriz encerrou suas atividades em 1920, após a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública.

Essa hipótese é reforçada com a carta que Joaquim Tanajura enviou a Belisário Penna em 15 de março de 1920, onde o prefeito de Porto Velho expõe as realizações e, sobretudo, as dificuldades enfrentadas no prosseguimento das ações da Liga. A decadência econômica nos seringais do alto Madeira, a crise financeira do estado do Amazonas, resultante da quebra da economia da borracha, e a “indiferença do meio” foram apontadas como as principais interferências a atuação da Liga. Por outro lado, Joaquim Tanajura relatou que a Liga do rio Madeira conseguiu oferecer um curso de higiene para formação de quadros para auxiliar em serviços de profilaxia na região. Além do curso, o posto de profilaxia montado pela Liga teria medicado mais de “800 doentes em menos de um

ano”, o que equivalia a mais ou menos um terço da população da cidade de Porto Velho.⁴³

A *Madeira-Mamoré Railway Company* manteve distância da iniciativa da Liga organizada por Joaquim Tanajura, assim como manteve fria as relações com a superintendência. O único momento em que efetivamente ocorreu um diálogo e iniciativa conjunta foi ao tempo em que Tanajura estava na intendência de Santo Antônio do Madeira, quando a empresa uniu esforços financeiros com os estados de Mato Grosso e Amazonas para frear o avanço da varíola e da febre amarela na região. Além do investimento financeiro, a empresa reconstruiu o trecho da ferrovia, de modo a passar no novo núcleo urbano desenvolvido em lugar considerado mais salubre. Contudo, na administração de Joaquim Tanajura em Porto Velho, a empresa mostrou-se pouco interessada em organizar parcerias com a superintendência.

A iniciativa do curso de higiene em Porto Velho, indicada na carta de 15 de março de 1920, pode ter a ver com a organização inicial do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural, que foi criado em 1920 e ficou sob a direção de Belisário Penna. Ao longo da década de 1920, o interior do país sofreu intervenção da União no sentido de combater as endemias rurais. Possivelmente, Joaquim Tanajura estava preparando, nesse momento, as condições para a futura atuação do governo federal no interior do estado do Amazonas. Em dezembro de 1921, o Serviço passou a atuar no estado do Amazonas e Joaquim Tanajura fez parte da junta médica do estado.⁴⁴

Considerações Finais

A Liga Pró-Saneamento do Rio Madeira e seus Afluentes foi uma iniciativa do médico Joaquim Augusto Tanajura, então superintendente da cidade de Porto Velho, em conjunto com autoridades políticas locais e

comerciantes com a finalidade de mobilizar recursos para a adoção de medidas de saúde na região. A princípio, o médico teve sucesso na organização e formalização dessa instituição como filial da Liga Pró-Saneamento do Brasil, colocando o vale do rio Madeira no circuito do movimento sanitário da Primeira República. Apesar desse sucesso inicial, a Liga do rio Madeira teve dificuldades em conseguir os recursos necessários para a aplicação do seu estatuto. Houve, principalmente, indiferença de parcela das autoridades estaduais e das elites locais em relação aos trabalhos da Liga.

O fim das atividades da Liga Pró-Saneamento do Brasil provavelmente selou o destino de sua filial no rio Madeira. Embora a sua atuação tenha sido efêmera, é possível circunscrever a existência da Liga Pró-Saneamento do Rio Madeira e Seus Afluentes no conjunto de iniciativas que precedem à atuação federal na assistência à saúde no estado do Amazonas. A instalação do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural no Amazonas em 1921 inaugurou uma nova fase para a saúde pública no estado, quando o governo federal passou a atuar na região em conjunto com os médicos locais. Sob essas circunstâncias, a Liga do rio Madeira teve papel semelhante ao de sua matriz no Rio de Janeiro: chamar a atenção para a necessidade de investimento federal na assistência à saúde das populações da Amazônia, no momento de ápice da falência da economia da borracha.

Artigo recebido em agosto de 2016

Aprovado em novembro de 2016

NOTAS

¹ Esse texto é uma adaptação de parte da minha dissertação de mestrado intitulada: “Comissão Rondon, Política e Saúde na Amazônia: A trajetória de Joaquim Augusto Tanajura no Alto Madeira”, defendida em 2011 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ.

² Doutor em História das Ciências e da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Email: vasques_hist@yahoo.com.br.

³ Ver: SÁ, Dominichi Miranda de. Uma interpretação do Brasil enquanto doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1., 2009, p. 183-203.; SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. *Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2011.

⁴ Para mais detalhes sobre a atuação de Joaquim Tanajura na Comissão Rondon ver: VITAL, André Vasques. *Comissão Rondon, Política e Saúde na Amazônia: A Trajetória de Joaquim Augusto Tanajura no Alto Madeira (1909-1919)*. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS), Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2011a.

⁵ VITAL, André Vasques. Visões do Alto Madeira: Comissão Rondon, malária e política em Santo Antônio do Madeira (1910-1915). *Revista Brasileira de História das Ciências*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan.-jun., 2012, p. 77-90

⁶ VITAL, André Vasques. Comissão Rondon, doenças e política: “Região do Madeira: Santo Antônio”, de Joaquim Augusto Tanajura – uma outra visão do Alto Madeira em 1911. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, v. 18, n. 2, abr.-jun., 2011b, p. 545-557

⁷ VITAL, *op. cit.*, 2011b.

⁸ WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: EDUSP, 1993.

⁹ DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1989, p. 64.

¹⁰ BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Manaus: Umberto Calderaro, 1977, p. 252.

¹¹ MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial*. Rio Branco: EDUFAC, 2004, p. 139.

¹² *Ibid.*, 2011b.

¹³ ESTADO DE MATO GROSSO. *Mensagem do presidente Joaquim Augusto da Costa Marques de 13 de maio de 1914*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1914. p. 54.

¹⁴ CANTANHEDE, Antonio de J. *Achegas para história de Porto Velho*. Manaus: Secção de Artes Gráficas da Escola Técnica de Manaus, 1950. p. 60.

¹⁵ *Ibid.*, 1950. p. 60.

¹⁶ VITAL, *op. cit.*, 2011a. p. 116-117.

¹⁷ CASTRO SANTOS, Luíz Antônio de. O pensamento sanitaria na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 28, 1985, p. 193-210; LIMA Nísia Trindade.; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitaria da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Org.). *Condenado pela raça, absolvido pela medicina*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/CCBB, 1996.; HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento: As Bases Políticas da Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1998; LIMA Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Revan/ IUPERJ/ UCAM, 1999. BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006. p. 21-29.

¹⁸ Nesse momento não havia um órgão federal que centralizasse as ações de saúde pública em âmbito nacional. Existia a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), um órgão ligado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores responsável pelos serviços de saúde na Capital Federal e na vigilância sanitária dos portos. Essa diretoria só poderia atuar nos estados mediante requisição formal das autoridades estaduais e em casos muito específicos previstos na constituição.

¹⁹ HOCHMAN, *op. cit.*, 1998, p. 65-66.; BRITTO, *op. cit.*, 2006, p. 26.;

²⁰ ALBURQUERQUE, Marli B.; ALVES, Fernando A. Pires.; BENCHIMOL, Jaime Larry; SANTOS, Ricardo A. dos; THIELEN, Eduardo Vilela; WELTMAN, Wanda Latmann. *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 1991.

²¹ As missões tinham por objetivo realizar obras de infraestrutura de comunicações, integrando fisicamente as regiões mais afastadas da Capital Federal e também tinham a finalidade de realizar estudos científicos de modo a viabilizar o povoamento dessas áreas e sua exploração econômica, integrando-as politicamente e economicamente ao Brasil. A Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915) e as expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz na década de 1910 são exemplos de missões civilizatórias. Ver: LIMA, *op. cit.*, 1999.

²² *Ibid.*, 1999.

²³ SÁ, *op. cit.*, 2009.

²⁴ Trata-se especificamente da revista Informação Goiana, que circulou entre 1917 e 1935. Ver também: VIEIRA, Tamara Rangel. No coração do Brasil, uma capital saudável – a participação dos médicos e sanitaria na construção de Brasília (1956-1960). *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, v. 16, supl. 1, jul., 2009, p. 289-312.

²⁵ SCHWEICKARDT, *op. cit.*, 2011. p. 228-231.

²⁶ ESTADO DO AMAZONAS. *Mensagem do Presidente Pedro de Alcântara Bacellar de 10 de julho de 1918*. Manaus: Imprensa Oficial, 1918.

- ²⁷ TANAJURA, Joaquim Augusto. Obra Salvador. *Alto Madeira – Jornal Independente*. Porto Velho, 13/06/1918, p. 1.
- ²⁸ *Ibid.*, 1918, p. 1
- ²⁹ *Ibid.*, 1918, p. 1.
- ³⁰ *Ibid.*, 1918, p. 1.
- ³¹ SCHWEICKARDT, *op. cit.*, 2011, p. 206-207.
- ³² SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE PORTO VELHO. *Relatório Apresentado ao Conselho Municipal de Porto Velho pelo Superintendente do Município Fernando Guapindaia de Souza Brejense em Sessão Ordinária de 12 de outubro de 1916*. Manaus: Typ. Palais Royal 1916, p. 101.
- ³³ A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Amazonas foi criada em 1917, com o objetivo principal de unir a classe médica do estado do Amazonas. Entre as prerrogativas da Sociedade, estava o estudo das doenças mais disseminadas no estado, a proposição de bases para o saneamento da capital e das demais localidades, pressionar pela criação de um curso de medicina tropical na Universidade Livre de Manaus e o combate ao exercício ilegal da medicina. Ver: SCHWEICKARDT, *op. cit.*, 2011, p. 104-105.
- ³⁴ REVISTA SAÚDE. Delegação especial. *Revista Saúde: Órgão da Liga Pró-Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, 5, 6, out. - dez. 1918. p. 382.
- ³⁵ TANAJURA, Joaquim Augusto. Correspondência. 24/04/1919. *Carta enviada à Belisário Penna em 24 de abril de 1919*. Presente no Fundo Belisário Penna, série Correspondência [BP/COR/19151126], no Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação.
- ³⁶ Moysés H. Serfaty era comerciante, Arthur Napoleão Lebre era representante da A Equitativa, empresa de seguros de vida. Era também político e será o vice e sucessor de Joaquim Tanajura, no segundo mandato em Porto Velho (1923-1925). João da Silva Campos era engenheiro e geógrafo, tendo atuado em estudos de traçado urbano em Porto Velho, durante o governo Brejense.
- ³⁷ TANAJURA, Joaquim Augusto. Correspondência. 24/04/1919. *Ata de fundação da Liga Pró-Saneamento do Rio Madeira e Seus Afluentes, anexo a carta enviada à Belisário Penna em 24 de abril de 1919*. Presente no Fundo Belisário Penna, série Correspondência [BP/COR/19151126], no acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação.
- ³⁸ TANAJURA, Joaquim Augusto. Correspondência. 24/04/1919. *Ata de fundação da Liga Pró-Saneamento do Rio Madeira e Seus Afluentes, anexo a carta enviada à Belisário Penna em 24 de abril de 1919*. Presente no Fundo Belisário Penna, série Correspondência [BP/COR/19151126], no acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação.
- ³⁹ TANAJURA, Joaquim Augusto. Correspondência. 24/04/1919. *Carta enviada à Belisário Penna em 24 de abril de 1919*. Presente no Fundo Belisário Penna, série Correspondência [BP/COR/19151126], no Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação.
- ⁴⁰ REVISTA SAÚDE. Um exemplo de uma lição. *Revista Saúde: Órgão da Liga Pró-Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, mar. – abr. 1919, seção Notas e Comentários.

⁴¹ Sobre as imagens correntes na Capital Federal sobre a região do alto rio Madeira, Purus, Acre e Juruá, ver: SILVA, Francisco Bento da. *Acre, a Sibéria tropical: destierros para as regiões do Acre em 1904 e 1910*. Manaus: UEA Edições, 2013.

⁴² REVISTA SAÚDE. Carta vinda de Porto Velho. *Revista Saúde: Órgão da Liga Pró-Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, mai. – jun. 1919.

⁴³ TANAJURA, Joaquim Augusto. Correspondência. 15/03/1920. Carta enviada à Belisário Penna em 15 de março de 1920. Presente no Fundo Belisário Penna, série Correspondência [BP/COR/19151126], no acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação.

⁴⁴ SCHWEICKARDT, *op. cit.*, 2011., p. 231.